Agenda Legislativa

De 26/08/2024 até 30/08/2024

Atualização: 26/08/2024 às 17:30:11

Congresso Nacional

26/08/2024 – segunda-feira

14:30 **CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas**

7ª, Reunião – Semipresencial

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2	Debater projetos de lei que incentivam tecnologias para redução das emissões de metano no Brasil, principal gás de efeito estufa que deve ser mitigado para o cumprimento do Acordo de Paris.	Realizada

Convidados

• **Nome**: Edie Andreeto Junior – **Cargo**: Assessor da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME);
• **Nome**: Érico Rial Pinto da Rocha – **Cargo**: Coordenador-Geral de Mitigação e Proteção da Camada de Ozônio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);
• **Nome**: Rodrigo Sobral Rollemberg – **Cargo**: Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
• **Nome**: Márcio Rojas – **Cargo**: Coordenador-Geral de Ciência do Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
• **Nome**: Yuri Schmitke Almeida Belchior Tisi – **Cargo**: Presidente Executivo da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (ABREN), Vice-Presidente do Waste to Energy Research and Technology Council (WtERT), Columbia University, USA;
• **Nome**: Talyta Viana – **Cargo**: Coordenadora Técnica Regulatória da Associação Brasileira do Biogás (ABiogás);
• **Nome**: André Galvão – **Cargo**: Superintendente Executivo da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA); e
• **Nome**: Evandro Gussi – **Cargo**: Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA).

Câmara Dos Deputados

26/08/2024 – segunda-feira

17:00 **PLEN – Plenário**

Sessão Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Plenário da Câmara dos Deputados	Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)	**Realizada**

10:00 **CPOVOS – Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais**

Audiência Pública

Local	Objetivo	Status

Anexo II, Plenário 12	Impactos de agrotóxicos em terras indígenas – REQ 05/2024, autoria da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG), subscrito pela Deputada Dilvanda Faro (PT/PA) e pelo Deputado Airton Faleiro (PT/PA). Convidados: BRUNO POTIGUARA – presença confirmada – Diretor do Departamento de Gestão Ambiental Territorial e Promoção ao Bem Viver Indígena o Ministério dos Povos Indígenas; MARCO ANTÔNIO ALMEIDA – presença confirmada – Procurador da República em Dourados/MS; GENITO GOMES – presença confirmada – Liderança Aty Guasu; CELSO JAPOTY ALVES – presença confirmada – Coordenador Regional da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY); ERILEYDE DOMINGUES KAIOWÁ – presença confirmada – Liderança Guarani Kaiowá da Tekoha Guyraroká; NAYARA CÔRTES ROCHA – presença confirmada – Secretária-Geral da FIAN Brasil; FERNANDA SAVICKI DE ALMEIDA – presença confirmada – Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)/CE; MARCIA LEOPOLDINA MONTANARI CORRÊA – presença confirmada – Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); SUZANY BRASIL – presença confirmada – Assessora Jurídica Parlamentar e Coordenadora do Programa Amazônia da Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos.	Encerrada

27/08/2024 – terça-feira

10:00 Reunião Deliberativa Anexo II, Plenário 12, Preparações em pauta	CME - Comissão de Minas e Energia Comissão Objetivo Discussão e votação de proposições legislativas.	Status CANCELADA	

Ordem: 6

10.Mesa Redonda (MR) - (DEFERIDO)
Assunto: Mesa Redonda (PTNA)
Debater a realização do Ambiente Público Competitivo com a Comissão de Viação e Transportes para debater a distribuição das receitas de concessões ferroviárias proporcionais a sua malha.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO; ;

Ordem: 7

11.Mesa Redonda (MR) - (DEFERIDO)
Assunto: Mesa Redonda (PL 82)
Debater a Medida Provisória 882/19 com o objetivo do debate e importância da Política da Carteira Local preliminar nos contratos celebrados em regime de concessão e partilha na exploração, extração, refino e distribuição de gás natural, petróleo, derivados e outros hidrocarbonetos no Brasil.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO; ;

Ordem: 10 ;

12.PLP 106/2019 - (PRIORIDADE)
Autor: Dep. Carlos Chiarelli (PR)
Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de dezembro de 1966, dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo - GLP e dá outras providências.
Despacho: CFT - CFT - (CCJC)
Atual Relatoria: João Leão (PP/BA)

Despacho
Parecer do Relator, Dep. João Leão (PP-BJ), pela rejeição.

ORIENTAÇÃO FPA
ANALISANDO
Ordem: 13 ;

13.PL 6.174/2019 - (PRIORIDADE)
Autor: Dep. Luciano Ponte (PSDB)
Institui o Programa de Energia Renovável para Agricultores Familiar e para Consumidores de Baixa Renda. ;
Despacho: CME - CFT - (CCJC)
Despacho: CME - CFT - (CCJC)
Atual Relatoria: Leo Ponte (PSDB/ES)

Despacho
Parecer do Relator, Dep. Leo Ponte (PSDB-ES), pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nº s 2.416/2021, 3.407/2021, e 4.770/2021, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR ;
ARGUMENTAÇÃO
Ordem: 14 ;

14.PL 6.406/2019 - (PRIORIDADE)
Autor: Luiz Lima (Novo)
Altera o Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de setembro de 1974, que institui o Fundo Nacional do Desenvolvimento do Indústria de Fertilizantes (Fndefe), altera as Leis nº 10.925, de 23 de julho de 2004, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nº 12.715, de 24 de junho de 2012, e dá outras providências.
Despacho: CME - CCTI - CAPADR - CFT - (CCJC)
Atual Relatoria: Júnior Ferrari (PSD/PA)

Despacho
Parecer da Relatora Apresentada no Substitutivo do Relator, Dep. Júnior Ferrari (PSD-PA), pela aprovação deste, do Projeto 5.033/ - CME, e do Parecer ao Substitutivo 5.033/19 na CFT - CME, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
ANALISANDO
Ordem: 16 ;

15.PL 6.799/2019 - (URGENTE)
Autor: Dep. Rodrigo Maia (PSD/CE)
Estabelece a inclusão de abrigos de proteção animal e estabelecimentos congêneres na Tarifa Social de Energia Elétrica.
Despacho: CMAMS - CME - CFT - (CCJC)
Atual Relatoria: Rodrigo de Castro (PSDB/MG)

Despacho
Parecer do Relator, Dep. Rodrigo de Castro (PSDB-MG), pela aprovação deste e do Projeto de Lei nº 772/2021, apensado, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR ;
ARGUMENTAÇÃO
Ao estabelecer benefício tarifário em abrigos de proteção animal, oferecendo um desconto de 30% (trinta por cento) nas tarifas de energia elétrica, permitindo-lhes usufruir dos benefícios da Tarifa Social de Energia Elétrica, o PL 6.799/19 ignora o princípio da modicidade tarifária e a necessidade de equilíbrio econômico-financeiro, desconsidera ainda a importância do tratado mantendo por essas organizações na proteção e cuidado dos animais.

10:00
CFE/CESS - Comissão Externa destinada a apurar e acompanhar os danos causados pelos enchentes de 2023 e 2024, que atingiram o estado do Rio Grande do Sul
Conferência Pública

Local	Objetivo	Status
Janeiro D, Plenário 02	Relatando dar ciência aos parlamentares, aspecto pertinente ao processo de reconstrução dos municípios gaúchos afetados pelas enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em setembro de 2023 e 2024. Convidados: - Representantes de entidades do setor privado, Associações, Sindicatos e Organizações: RICARDO JOSÉ PORTELLA RUSSIS, Presidente do Conselho de Administradores da FIERGS; LUCIAN SCHIFFER, Presidente do Conselho de Administração da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul - FEDERARROZ; ALEXANDRE GUERRA DE MORAES, Federação das Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul - FEDERASUL; LUAE, Associação Gaúcha de Supermercados; FERNANDA DELLI SONSI, Analista de Políticas Públicas do Sebrae/RS; ARMALUB, Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - RS; ALEXANDRE GUERRA, Sociedade Rural do Rio Grande do Sul; SEBLANCE, Sindicato; Secretaria de Desenvolvimento da Região Alto Rio Negro; SEIO PIO LCEL, Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre; MARIA FERNANDA FARTHING, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL; ANDRÉ CARLOS BRAUNER, Associação Comercial de Porto Alegre; ARCIONE PIOL, Sindicato do Comércio Varejista do Estado do Rio Grande do Sul - SINDILOJAS; ALINE COLOMBO, Associação do Comércio e Serviços de Novo Hamburgo - ACNH; ALEXANDRE GRANDARI, Presidente do Conselho Consultivo da ACIPORT, Associação Comercial e Empresarial de Porto Alegre; HENRIK OSLLES, Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre- SINDHOSPA; Sindicato Rural de Bagé; SINDIATACADISTAS - REJANE PIMENTA, Sindicato dos Atacadistas de Porto Alegre; Sindicato das Escolas Privadas de Educação Básica do Rio Grande do Sul; PAULO CORDEIRO, Sindicato de Supermercados e Alimentação de Porto Alegre e Região-SIDEMA; Sindicato Lojista - SINDIL; Secretaria de Desenvolvimento do Extremo Sul; - Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SEDERSUL; Banco do Brasil; Banco Nacional Federal; Representante do Governo Federal: Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; a PAULO PIMENTA, Ministro da Secretaria Especial da Secretaria Geral da Presidência da República do Sul (coordenada pertencer ao ambiente virtual); Companhia Estadual do Rio Grande do Sul; Representante do Governo do Rio Grande do Sul: Secretaria de Desenvolvimento econômico; Secretaria da Fazenda; Secretaria de reconstrução gaúcha; PERSONALIDADE, Secretaria Porto Alegre; PERSONALIDADE, Secretaria Porto Alegre; Representantes: 3 DEPUTADOS 3 TÍTULO do Deputado Daniel Tim Helmer (NOVO/RS)	Concluída

11:00
Reunião Deliberativa
CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Local	Objetivo	Status
Janeiro D, Plenário 12	Discussão e votação de proposições legislativas.	**CANCELADA**

Proposições em pauta

Ordem: 15

16.PL 6.192/2019 - (URGENTE)
Autor: Dep. Fernando Rodolfo (PL/PE)
"Acrescenta o Art. 377-A, do: 377-B, Art. 377-C ao Decreto Lei 5.452 de 1º de maio de 1943 para determinar a obrigatoriedade de implantação de programas de integridade nas empresas públicas e privadas empresas para prevenir a corrupção, o gaslaitio e o combate e discriminação da mulheres"
Despacho: CMULHER - CTRAB - (CCJC)
Atual Relatoria: Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ)

Despacho
Parecer do Relatora, Dep. Gisela Simona (PODE-MT), pela aprovação do Projeto de Lei nº 5111/2022 e pela rejeição do Substitutivo, Lei 5.192/2019.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATORA ;
ARGUMENTAÇÃO
A criação dessa Comissão trazia outros benefícios e oportunidade significativos para as empresas, além de uma ação de cunho social, a proteção da mulher, a Comissão Especial Mista da Mulher Empreendedora, que seria uma harmonia ao já complicado cenário empresarial brasileiro, impactando negativamente o Custo Brasil.

14:00
Reunião Deliberativa
CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Local	Objetivo	Status
Janeiro D, Plenário 12	Discussão e votação de proposições legislativas.	Concluída

Proposições em pauta

Ordem: 17

17.PL 1.012/2021 - (URGENTE)
Autor: Dep. Marcelo Aro (PP/MG)
Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para modificar a base de cálculo para contratação de mulheres aprendizes e PCD, para o exercício de atividades simultâneas de cuidados e atividades profissionais.
Atual Relatoria: Marcos Jerry (PCdoB/MA)

Despacho
Parecer do Relator, Dep. Marcos Jerry (PCdoB-MA), pela rejeição.

ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR ;
ARGUMENTAÇÃO
Permitir vagas de condições próprias, mulheres, pessoas e de **saúde** da base de cálculo para a contratação de aprendizes e de pessoas com deficiência, no estabelecer uma escolha importante para promover um ambiente de trabalho mais inclusivo e diversificado. Ao mesmo tempo, a proposta pode gerar um efeito adverso, reduzindo a relevância de cota diferenciadas, garantindo que as políticas de inclusão não comprometam a saúde e o desenvolvimento dessas indivíduos, além disso, ao revogarem a superfluidade e a automaticidade de benefício fiscais, pode criar um ambiente de mais confiável do mercado, estimulando que trabalhadores sejam colocados em posições mais-qualificadas para seu perfil.

14:00
Reunião Deliberativa
CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Local	Objetivo	Status
Janeiro D, Plenário 02	Discussão e votação de proposições.	Concluída

Proposições em pauta

Ordem: 5
Lei 4.904-A/2024 - (ORDINÁRIA)
Autoria: Poder Executivo Regulamenta (PRESIDÊNCIA)
Institui o Código do Turismo nº 4.904, de 25 de julho de 2024, do Ministério do Desenvolvimento Regional.
Despacho: CINDRE -> CINDRE -> CEC -> CEC
Atual Relatoria: Coronel Meira (PL-PE)

Sessão
Parecer do Relator, Dep. Coronel Meira (PL-PE), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
PROGRESSO, AUTOMÓVEIS DO BRASIL
ARGUMENTAÇÃO
O Código do Turismo do Ministério do Desenvolvimento Regional, define pessoa a empresa a aplicação de sete taxa de 10% para o uso de infraestrutura em projetos públicos de irrigação (uso comum), como canais de água e sistemas de irrigação compartilhados. Essa taxa é propulsível para os agricultores familiares e pequenos produtores rurais, pois pode ser um fator que torna os custos de implantação e manutenção das infraestruturas para a irrigação Cria-se outros adicionais, muitos agricultores não conseguem arcar com as despesas e acabam excluídos do processo. Isso pode levar a uma concentração da irrigação nas mãos de grandes produtores, enquanto que os agricultores mais pequenos ficam sem acesso a essa tecnologia que é essencial para a produção agrícola irrigada sem compromisso.
Ordem: 6
Lei 4.904-B/2024 - (ORDINÁRIA)
Autoria: José Maria Schiavinato (MDB/GO)
Altera a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, que institui o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
Despacho: CINDRE -> CINDRE -> CEC -> CEC
Atual Relatoria: Marcon Rodrigo (MDB/GO)

Sessão
Parecer do Relator, Dep. Marcon Rodrigo (MDB-GO), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
PROGRESSO, AUTOMÓVEIS DO BRASIL
ARGUMENTAÇÃO
OPINE MEDIDA é um paradoxo e ação da Sociedade **sobrecarrega** nos agricultores no Brasil, revertendo a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que havia determinado a redução gradual do uso de produtos, substâncias e ingredientes ativos de agrotóxicos, considerados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e amplamente em estudos científicos e científicos, controlando pelos riscos de carcinogênese. A medida de uso de agrotóxicos é essencial para o setor agrícola brasileiro, pois permite o controle de pragas e doenças, o aumento da produção e o aumento do preço dos alimentos, o que afeta negativamente consumidores e produtores rurais. A medida também é benéfica para a saúde pública e o meio ambiente, pois reduz a **exposição** a esses riscos de pragas para produtores e cada cadastrado documentos de declaração de estimativa evidência. O projeto é válido essa interrupção e impacta negativa, **permitindo o uso continuado de** substâncias e ingredientes ativos de agrotóxicos que já foram reavaliados e considerados seguros por qualquer decisão sobre este assunto seja baseada em análise científica fundamentada e avaliação dos impactos econômicos e sociais de cada caso específico.
Ordem: 7
Lei 4.904-C/2024 - (ORDINÁRIA)
Autoria: Rodrigo Valadares (UNIÃO/ES)
Altera a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, que "Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais ao Banco de Política Nacional de Reforma Agrária".
Despacho: CINDRE -> CINDRE -> CEC -> CEC
Atual Relatoria: Rodrigo Valadares (PL-ES)

Sessão
Parecer do Relator, Dep. Rodrigo Valadares (PL-ES), pela aprovação dento do PEL 3002/2024, do PEL 1753/2024, do PEL 3003/2024, do PEL 3002/2024, do PEL 3003/2024, e do PEL 1526/2024, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
PROGRESSO, AUTOMÓVEIS DO BRASIL
ARGUMENTAÇÃO
O Decreto nº 11.995, de 14 de abril de 2024, que institui o Programa Nacional de Reforma Agrária, e dá outras providências, e o Decreto nº 11.996, de 15 de abril de 2024, e qual não permite que o governo realize a aquisição de terras sem critérios técnicos, ocasionando a falta de responsabilidade administrativa. O Decreto autoriza a transferência de recursos sem direcionamento ao Incra, sem condicionalidades ou requisitos de gestão, o que pode levar a uma alocação ineficiente de recursos e a falta de monitoramento, agravando conflitos agrícolas e aquecendo indefinidamente pela posse fundiária da terra.
Ordem: 8
Lei 4.904-D/2024 - (PRIORIDADE)
Autoria: Poder Executivo
Shalom Valente Cunha
Altera a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, para conceituar atos na administração pública federal em matérias relacionadas à defesa agropecuária.
Despacho: CINDRE -> CINDRE -> CCOM -> CTASA -> CCJC
Atual Relatoria: Sacoto Sacoto (PL-RJ)

Sessão
Parecer do Relator, Dep. Sacoto Sacoto (PL-RJ), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
PROGRESSO, AUTOMÓVEIS DO BRASIL
ARGUMENTAÇÃO
O Decreto nº 11.996 importantes, tratados internacionais e decisões sobre defesa agropecuária sejam publicados no Diário Oficial e acessível ao público, atrasos de governo, visando melhorar a transparência, eficiência e responsabilidade na administração pública. Isso permitirá que os cidadãos e interessados no setor agropecuário acompanhem mais facil e compartilhe de informações regulatórias.
Ordem: 9
Lei 4.904-E/2024 - (PRIORIDADE)
Autoria: Poder Executivo (PRESIDÊNCIA)
Regulamenta a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, do Sistema Cashback.
Despacho: CINDRE -> CINDRE -> CREDE -> CFT -> CCJC
Atual Relatoria: Coronel Meira (PL-PE)

Sessão
Parecer do Relator, Dep. Coronel Meira (PL-PE), pela aprovação dento do Substitutivo adotado pela CINDRE e do PL 3040/2024,PP Substitutivo PEL 2.0.2024, apensado, com subsidiário.

ORIENTAÇÃO FPA
PROGRESSO, AUTOMÓVEIS DO BRASIL
ARGUMENTAÇÃO
O **Código Florestal** já estabelece parâmetros técnicos e científicos para a preservação do Bioma Cerrado, incluindo a proteção de nascentes e a manutenção de áreas de reserva legal. A proposta ignora esses princípios fundamentais para a estabelecimento da agenda de desenvolvimento sustentável nacional, já devidamente estipulada na legislação ambiental e florestal em vigor. Revisão ou que o Brasil possa seus dos compromissos internacionais assumidos no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica e outros controvérsia, comércio, sensibilizamento e combate ao desmatamento ilegal **Indica o Bioma Amazônia**, inclusive do Cerrado.
Ordem: 10
Lei 4.904-F/2024 - (PRIORIDADE)
Autoria: Jaqueline Cassol (PP/RO)
Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir a criação das desigualdades sociais e regionais entre os princípios e diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e inclui a Política e diretrizes no poder público e/ou/ou/ou

14:00 **CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**
Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenários 02	Discussão e votação de proposições legislativas.	**Cancelada**

Proposições em pauta.

Ordem: 1
PL 5893/2019(MSC) - **(URGENTE)**
Autor(a): Presidência da República
Ementa: Altera a Lei nº 8.142, de 1990, para dispor sobre a transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 150.000.000,00, para fins específicos.
Relator(a): Luis Pastor
Grau Relatoria: Luis Pastor

Sumário
MSC: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. São Issues apresentadas emendas à Medida Provisória.

15:00 **CPOSSF - Comissão de Seguridade e dos Povos Originários e Tradicionais**
Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenários 02	Discussão e votação de proposições legislativas.	Convocada

Proposições em pauta.

Ordem: 1
PL 2841/2024(PDL) - **(URGENTE)**
Autor(a): Câmara Municipal de Ipatinga
Ementa: Susta os efeitos da Portaria nº 1.000, de 2024, do Ministério da Saúde, que estabelece os critérios para habilitação de novos serviços de atenção especializada em oncologia pediátrica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Relator(a): Carlos Veras
Grau Relatoria: Carlos Veras

Sumário
MSC: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. São Issues apresentadas emendas à Medida Provisória.

15:00 **CPOSSF - Comissão de Seguridade e dos Povos Originários e Tradicionais**
Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenários 02	Discussão e votação de proposições legislativas.	Convocada

Proposições em pauta.

Ordem: 1
PL 2841/2024(PDL) - **(URGENTE)**
Autor(a): Câmara Municipal de Ipatinga
Ementa: Susta os efeitos da Portaria nº 1.000, de 2024, do Ministério da Saúde, que estabelece os critérios para habilitação de novos serviços de atenção especializada em oncologia pediátrica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Relator(a): Carlos Veras
Grau Relatoria: Carlos Veras

Sumário
MSC: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. São Issues apresentadas emendas à Medida Provisória.

15:00 **CPOSSF - Comissão de Seguridade e dos Povos Originários e Tradicionais**
Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenários 02	Discussão e votação de proposições legislativas.	Convocada

Proposições em pauta.

Ordem: 1
PL 2841/2024(PDL) - **(URGENTE)**
Autor(a): Câmara Municipal de Ipatinga
Ementa: Susta os efeitos da Portaria nº 1.000, de 2024, do Ministério da Saúde, que estabelece os critérios para habilitação de novos serviços de atenção especializada em oncologia pediátrica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Relator(a): Carlos Veras
Grau Relatoria: Carlos Veras

Sumário
MSC: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. São Issues apresentadas emendas à Medida Provisória.

15:00 **CPOSSF - Comissão de Seguridade e dos Povos Originários e Tradicionais**
Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenários 02	Discussão e votação de proposições legislativas.	Convocada

Proposições em pauta.

Ordem: 1
PL 2841/2024(PDL) - **(URGENTE)**
Autor(a): Câmara Municipal de Ipatinga
Ementa: Susta os efeitos da Portaria nº 1.000, de 2024, do Ministério da Saúde, que estabelece os critérios para habilitação de novos serviços de atenção especializada em oncologia pediátrica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Relator(a): Carlos Veras
Grau Relatoria: Carlos Veras

Sumário
MSC: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. São Issues apresentadas emendas à Medida Provisória.

15:00 **CPOSSF - Comissão de Seguridade e dos Povos Originários e Tradicionais**
Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenários 02	Discussão e votação de proposições legislativas.	Convocada

Proposições em pauta.

Ordem: 1
PL 2841/2024(PDL) - **(URGENTE)**
Autor(a): Câmara Municipal de Ipatinga
Ementa: Susta os efeitos da Portaria nº 1.000, de 2024, do Ministério da Saúde, que estabelece os critérios para habilitação de novos serviços de atenção especializada em oncologia pediátrica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Relator(a): Carlos Veras
Grau Relatoria: Carlos Veras

Sumário
MSC: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. São Issues apresentadas emendas à Medida Provisória.

15:00 **CPOSSF - Comissão de Seguridade e dos Povos Originários e Tradicionais**
Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenários 02	Discussão e votação de proposições legislativas.	Convocada

Proposições em pauta.

Ordem: 1
PL 2841/2024(PDL) - **(URGENTE)**
Autor(a): Câmara Municipal de Ipatinga
Ementa: Susta os efeitos da Portaria nº 1.000, de 2024, do Ministério da Saúde, que estabelece os critérios para habilitação de novos serviços de atenção especializada em oncologia pediátrica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Relator(a): Carlos Veras
Grau Relatoria: Carlos Veras

Sumário
MSC: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. São Issues apresentadas emendas à Medida Provisória.

15:00 **CPOSSF - Comissão de Seguridade e dos Povos Originários e Tradicionais**
Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenários 02	Discussão e votação de proposições legislativas.	Convocada

Proposições em pauta.

Ordem: 1
PL 2841/2024(PDL) - **(URGENTE)**
Autor(a): Câmara Municipal de Ipatinga
Ementa: Susta os efeitos da Portaria nº 1.000, de 2024, do Ministério da Saúde, que estabelece os critérios para habilitação de novos serviços de atenção especializada em oncologia pediátrica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Relator(a): Carlos Veras
Grau Relatoria: Carlos Veras

Sumário
MSC: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. São Issues apresentadas emendas à Medida Provisória.

15:00 **CPOSSF - Comissão de Seguridade e dos Povos Originários e Tradicionais**
Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenários 02	Discussão e votação de proposições legislativas.	Convocada

Proposições em pauta.

Ordem: 1
PL 2841/2024(PDL) - **(URGENTE)**
Autor(a): Câmara Municipal de Ipatinga
Ementa: Susta os efeitos da Portaria nº 1.000, de 2024, do Ministério da Saúde, que estabelece os critérios para habilitação de novos serviços de atenção especializada em oncologia pediátrica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Relator(a): Carlos Veras
Grau Relatoria: Carlos Veras

Sumário
MSC: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. São Issues apresentadas emendas à Medida Provisória.

28/08/2024 - quarta-feira

10:00 **CEDENAST - Comissão Especial destinada a estudar e analisar formas de prevenção e auxílio a desastres e calamidades naturais que vêm assolando o Território Nacional**
Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 03	Votação de requerimentos.	Convocada

10:00 **CREDF - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**
Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 02	Discussão e votação de proposições legislativas.	Convocada

Proposições em pauta

Ordem: 1
CD-REQ-RQ-0002-CD-2023 - **(DIVERSOS)**
Autor(a): Dean Lemuel (PSD/ES)
Requer, nos termos regimentais, a realização de audiências públicas nas comunidades de Água Quente, Pasea Sete, São José do Jacaiá e Boca, localizadas em Conceição da Barra (ES), atingidas pelo empreendimento minerário da empresa Anglo American e que atualmente listam pelo reassentamento e respeito aos seus direitos.

ORIENTAÇÃO DPA
MONITORAR[1]

Ordem: 2
CD-REQ-CDHM-0000-CD-2023 - **(DIVERSOS)**
Autor(a): Ricardo Ayres (PSD/TO)
Requer, nos termos regimentais, a realização de Seminário "Ciclo Formativo: sobre Racismo Ambiental na vulnerabilidade de Povoes Ambientais", em conjunto com a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais.

ORIENTAÇÃO DPA
MONITORAR[1]

Ordem: 3
CD-PL-4475/2021 - **(PRIORIDADE)**
Autor(a): Comissão de Legislação Participativa
Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, de crimes ambientais.
Despachos: CMADE -> CSSF -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Nilto Tatto (PT/SP)

Pareceres
Parecer do Relator, Dep. Nilto Tatto (PT-SP), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO DPA
MONITORAR[1]

Ordem: 4
CD-PRL-36/2023 - **(ORDINÁRIA)**
Autor(a): José Medeiros (PL/MT)
Revoga o inciso II do parágrafo único do art. 14-A, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas no meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências, e a Instrução Normativa IBAMA nº 3, de 23 de janeiro de 2018, que estabelece os procedimentos para o registro de pessoas físicas e jurídicas para a comercialização ou manifestação de produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados no gênero da infração ambiental.
Despachos: CMADE -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Hiromi Barbosa (MDB/PA)

Pareceres
Parecer do Relator, Dep. Hiromi Barbosa (MDB-PA), pela rejeição.

ORIENTAÇÃO DPA
CONTRÁRIO AO ENUNCIADO DA RELATORIA[1]
ARGUMENTAÇÃO
O Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, permite que os instrumentos usados na prática de infrações ambientais sejam destruídos, inutilizados ou doados a entidades ambientais ou científicas, mas não resolve os problemas de armazenamento burocrático. O Decreto cria uma burocracia pública para os problemas reais, pois, a destruição do bem antes do julgamento da infração é vista como uma medida extrema e sem base legal, violando princípios do devido processo legal e da ampla defesa. A proposta tenta corrigir um problema ao permitir que quando esses bens poderiam ter sua ilegalidade comprovada, sejam destinados a centros públicos. Nesse sentido, entendemos que o PRL deve prosperar, garantindo que os produtores tenham segurança jurídica, evitando o desperdício de recursos e a burocracia desnecessária de recursos, acompanhado e diretor à ampla defesa e garantindo o seu Brasil e produtor dos seus agricola.

Ordem: 5
CD-PRL-42/2023 - **(ORDINÁRIA)**
Autor(a): Alexandre Molon (PSB/RJ)
Revoga a Resolução nº 369, de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que revoga a Resolução CONAMA 302/2002, 303/2002 e 303/2002.
Despachos: CMADE -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Pareceres
Parecer do Relator, Dep. Célia Xakriabá (PSOL-MG), pela aprovação do PDL 414/2020, dos PRLs 415/2020, 446/2020, 625/2020 e 41/2020, apensados, e pela aprovação parcial dos PRLs 417/2020, e 439/2020, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO DPA
CONTRÁRIO AO ENUNCIADO DA RELATORIA[1]
ARGUMENTAÇÃO
O PRL revoga a Resolução 369/20 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que revoga tela desmatamento.
Resolução 369/2006: A ocupação não é um estabelecimento ou atividade, seu uso tecnologia utilizado pelo agricultor. Portanto, sob o aspecto técnico, a resolução fogo ou atribuições do Conama como regra consultivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A atividade de ocupação já é regulamentada segundo a Lei nº 12.651/2012, o Código Florestal, e a Resolução 369/2006.
Resolução 369 e 302/2006: Tal nova do Conama em, claramente, revoarem. O antigo Código Florestal, realizando pela Nova Lei 12.651/2012), estabelecer que as ocupação se caracterizam como áreas de preservação permanente (APP) quando cumprem papel ecológico de "fundamo de dunas e estabilizadoo de mangue" (inciso XI, artigo 4º).
Para o ativo de lei, Jamais pedeiro o Conama, seus sabes seus agora, amplos o determinação legal para incluir como APP, de 300 metros em **lado** ocrinaga, ambiguamente, ao lado, com sendo uma APP.

Ordem: 6
CD-PL-2624/2023 - **(ORDINÁRIA)**
Autor(a): Jaime Nogueira (MDB/SE)
Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para estabelecer causa de aumento de pena em caso de financiamento do crime e de seu constituente em terras indígenas.
Despachos: CMADE -> CPOVOS -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Pareceres
Parecer do Relatora, Dep. Célia Xakriabá (PSOL-MG), pela aprovação deste, do PL 2274/2023, e do PL 1192/2023, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO DPA
MONITORAR[1]

Ordem: 7
CD-PL-7128/2014 - **(PRIORIDADE)**
Autor(a): José Sarney (PMDB/MA)
Altera a Lei 7.7.11.16, de 6 de dezembro de 2005, para permitir a destinação de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para o pagamento de serviços ambientais de desastres naturais.
Despachos: CMADE -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Rosana Sousa (PPAC)

Pareceres
Parecer do Relatora, Dep. Rosana Sousa (PP-AC), pela aprovação deste, e do PL 3096/2019, apensado, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO DPA
CONTRÁRIO AO ENUNCIADO DA RELATORIA[1]
ARGUMENTAÇÃO
O presente projeto busca corrigir uma distribuição desigual dos recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), ao propor que parte dos recursos do fundo sejam destinados a municípios que não possuem fundo disponível e reforçar a capacidade local de prevenção e resposta a desastres naturais, a proposta inicia-se o FNMC tanto ao Ministério do Meio Ambiente quanto ao Ministério do Desenvolvimento Regional e prevê que os recursos do fundo sejam destinados a ações de prevenção e resposta a desastres naturais e de mitigação. Com isso, o projeto visa fortalecer a capacidade local para enfrentar desastres naturais, proporcionando prevenindo que mais financiamentos cheguem às administrações municipais, com intuito de promover uma gestão mais eficaz dos recursos e assegurar o suporte do União para estados e municípios no enfrentamento de desastres naturais.

Ordem: 8
CD-PL-2442/2021 - **(ORDINÁRIA)**
Autor(a): Alexander Colmenero (REDE/TO)
Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para aperfeiçoamento ônico, indispensável à segurança nacional e estabelecer a garantia de uso indisponibilidade nas condições que especifica.
Despachos: CMADE -> CPOVOS -> CTT -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Delegado Matheus Laiola (UNIÃO/PR)

Pareceres
Parecer do Relator, Dep. Delegado Matheus Laiola (UNIÃO-PR), pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO DPA
MONITORAR[1]

Ordem: 9
CD-PL-2481/2023 - **(ORDINÁRIA)**
Autor(a): Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)
Institui o Selo de Cidades Verde, e dá outras providências.
Despachos: CMADE -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Rosana Sousa (PPAC)

Pareceres
Parecer do Relator, Dep. Rosana Sousa (PP-AC), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO DPA
CONTRÁRIO AO ENUNCIADO DA RELATORIA[1]
ARGUMENTAÇÃO
Se faz necessário criar instrumentos financeiros que contribuam para o financiamento de atividades e projetos que promovam a sustentabilidade. Criando um ambiente de oportunidades de negócios que aliáveis que conciliem a atividade econômica com responsabilidade ambiental.

Ordem: 10
CD-PL-2525/2023 - **(ORDINÁRIA)**
Autor(a): Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)
Dispõe sobre a adesão do Brasil ao Escritório de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, por parte dos estados que constituem outras públicas.
Despachos: CMADE -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Nilto Tatto (PT/SP)

Pareceres
Parecer do Relator, Dep. Nilto Tatto (PT-SP), pela aprovação deste, e do PL 4045/2020, apensado, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO DPA
CONTRÁRIO AO ENUNCIADO DO RELATOR[1]
ARGUMENTAÇÃO
A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um conjunto de programas, ações e diretrizes que orienta o desenvolvimento do mundo. Ela é composta por 17 objetivos e 169 metas que devem ser alcançadas por todos os países em nome do bem-estar da sociedade e do planeta. O projeto em questão busca alinhar as políticas públicas brasileiras a esse padrão global. Do estatuto, a aplicação de sanções para garantir o cumprimento dos ODS pode criar insegurança para organizações que dependem de financiamento internacional e investimentos estrangeiros. Isso pode afastar parceiros e investidores do Brasil. Pedro Ferreira, uma coordenação compromisso por assistência e promover a implementação dos ODS através do Escritório de Desenvolvimento do Alto Nível (HLPF), que oferece uma plataforma global para acompanhar o progresso e fomentar colaborações políticas.

Ordem: 11
CD-PL-2603/2023 - **(ORDINÁRIA)**
Autor(a): Dada Soldado (PSD/MG)
Proíbe a cobrança de taxa de coleta de resíduos sólidos nas residências de áreas residenciais.
Despachos: CMADE -> CSSSH -> CCJC
Atual Relator(a): Dada Soldado (PSD/MG)

Pareceres
Parecer do Relator, Dep. Dada Soldado (PSD-MG), pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO DPA
MONITORAR[1]

Ordem: 12
CD-PL-2605/2023 - **(ORDINÁRIA)**
Autor(a): Pedro Lucas Fernandes (UNIÃO/MA)
Dispõe sobre o acesso a informação ambiental.
Despachos: CMADE -> CTD
Atual Relator(a): Tião Castilho (MDB/PR)

Pareceres
Parecer do Relator, Dep. Tião Castilho (MDB-PR), pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO DPA
CONTRÁRIO AO ENUNCIADO DO RELATOR[1]
ARGUMENTAÇÃO
A divulgação de dados pessoais dos infratores cancelados nos documentos apresentam serão PL possuem dados sigilosos que são protegidos pela lei 13.709 de 2018 disseminados no Cadastro de Pessoas e Instituições Impedidas de Participar de Licitações e Contratos Administrativos. **Ao mesmo tempo que se pretende ampliar o direito público de ampla ação, com a abertura de acesso a dados fundamentos de liberdade e de direito público, cria a obrigatoriedade de acessar os dados sigilosos.**

Ordem: 13
CD-PL-2606/2023 - **(ORDINÁRIA)**
Autor(a): Jaime Nogueira (MDB/SE)
Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dispor sobre o direito de garantia de proteção e de segurança hídrica e dá outras providências, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre o direito de garantia de proteção e de segurança hídrica e dá outras providências.
Despachos: CMADE -> CREDEN -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Bruno Cunha (PODE/SP)

Pareceres
Parecer do Relator, Dep. Bruno Cunha (PODE-SP), pela aprovação deste, e do PL 4241/2022, apensado, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO DPA
MONITORAR[1]

Ordem: 17
CD-PL-2611/2023 - **(ORDINÁRIA)**
Autor(a): Bruno Cunha (PODE/SP)
Obriga todos os veículos oferecidos pelas empresas de aplicativos de serviço de mobilidade urbana a realizar o pagamento do Imposto Sobre Circulação de Veículos Automotores Por Pontuação, e dá outras providências.
Despachos: CMADE -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Nilto Tatto (PT/SP)

Pareceres
Parecer do Relator, Dep. Nilto Tatto (PT-SP), pela aprovação deste, e do PL 664/2019, apensado, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO DPA
MONITORAR[1]

Ordem: 18
CD-PL-2616/2023 - **(ORDINÁRIA)**
Autor(a): Felipe Rezende (UNIÃO/SP)
Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, de crimes ambientais, para incluir como crime ambiental a venda de produtos de pequeno e médio porte que acompanhem os seus lotes em abrigo, restaurantes, alimentos, centros de serviços, restaurantes comunitários e casas de convivência em limite de 100 metros.
Despachos: CMADE -> CPASF -> CCJC
Atual Relator(a): Célia Xakriabá (PSOL/CE)

Pareceres
Parecer do Relator, Dep. Célia Xakriabá (PSO-CE), pela aprovação deste, do PL 5483/2023, e do PL 1767/2024, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO DPA
MONITORAR[1]

Ordem: 19
CD-PL-2626/2023 - **(ORDINÁRIA)**
Autor(a): Ricardo Ayres (PSD/TO)
Altera a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, para incluir a Campanha Plantar Uma Árvore.
Despachos: CMADE -> CTD -> CCJC
Atual Relator(a): Stefano Aguiar (PSD/MG)

Pareceres
Parecer do Relator, Dep. Stefano Aguiar (PSD-MG), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO DPA
MONITORAR[1]

Ordem: 20
CD-PL-2629/2023 - **(ORDINÁRIA)**
Autor(a): Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP)
Altera a Lei nº 9.478, para a produção de derivados de petróleo medida escrita relatados por meio da adoção de tecnologias de emissões de co2.
Despachos: CMADE -> CSPCIS -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Bruno Cunha (PODE/SP)

Pareceres
Parecer do Relator, Dep. Bruno Cunha (PODE-SP), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO DPA
CONTRÁRIO AO ENUNCIADO DO RELATOR[1]
ARGUMENTAÇÃO
O PL 2629/23 determina de extensão urgente as diretrizes estabelecidas por organizações internacionais e nacionais, como a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA). Essas diretrizes visam garantir práticas seguras e eficazes no manejo e tratamento de animais, alinhando-se com os padrões globais de saúde e bem-estar. Empresas de pesquisa e assistência de ponta no Brasil estão ativamente envolvidas em pesquisa de alternativas, como testes de vacinas específicas e medicamentos não-antibióticos, que oferecem uma abordagem mais segura e eficaz para controle de doenças e melhoria da saúde dos rebanhos. Ao se alinhar a essas diretrizes e a essas inovações, o projeto de lei não apenas protege os seus cidadãos e os seus produtos rebanhos, mas também fortalece a posição do setor pecuário brasileiro no cenário internacional. A adoção de tecnologias e práticas de ponta pode abrir novas oportunidades de mercado e fortalecer a reputação do Brasil como um líder em saúde e bem-estar animal, o que pode ser um ponto muito de um dos é justificado pela falta de clareza econômica e política para a produção de ovos. Ao incorporar essas diretrizes e inovações, o projeto de lei demonstra o compromisso do Brasil com a saúde e o bem-estar animal e fortalece a posição do setor pecuário brasileiro no cenário internacional. Ao atender às recomendações das melhores organizações e às demandas científicas globais, Jamais que tecnologias vieres industrialmente Bovos desenvolvidas, e não resolvemos, em outros escritórios para os alimentos no Brasil, alternativas poderão ser consideradas e aplicadas.

10:00 **CFT - Comissão de Finanças e Tributação**

Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 01	Discussão e votação de proposições legislativas. Proposições em pauta	Convocada

Ordem: **0**

CD-PL-3994/2021 - (PRIORIDADE)
Autor(a): Aline Sleutjes (PSL/PR)
Institui o Programa Brasileiro de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do pagamento de taxas e de contribuições por empresas de produtos agrícolas e pecuários, fertilizantes, inseticidas e/ou de seus pedidos de registro e proteção de representantes de pesquisa, produtos e tecnologias gerais.
Despacho: CAPADR -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Capitão Alberto Neto (PL/AM)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Capitão Alberto Neto (PL-AM), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação.

ORIENTAÇÃO PFA
PREPONDERÂNCIA DO RELATOR[]
ARGUMENTAÇÃO
1. Institui o Programa Brasileiro de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de taxas e contribuições para registro e proteção de representantes, produtos e tecnologias, e Projeto de Lei.
1. Valores a incluídos da Embrapa, recomendaveis a referência da empresa em um momento de crescentes investimentos tecnologicos.
2. Maiores harmonia financeiras e bases por relações cada vez mais eficientes para nossos sistemas produtivos, impulsionando o progresso e desenvolvimento de novas tecnologias.
3. Ainda, a proposição contribuirá para o desenvolvimento, contribuindo diretamente para o aumento da competitividade do setor agropecuário nacional.
Ordem: **19**

CD-PL-3416/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Deputado Sergio Souza (MDB/PR)
Modifica os arts. 7º, 9º, 14 e 24 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, alterada pela Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.
Despacho: CDEIMH -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Deputado Sergio Souza (MDB/SC)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Deputado Sergio Souza (PMB-SE), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou de despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.252/2021, dos PLs nºs 2.135/2019 e 2.762/2021, apensados, do Substitutivo oferecido pela CDEIMH, e das emendas nº 1/2021 CFT, com subemenda, do Substitutivo adotado pela CDEIMH, e das emendas nº 1/2021 CFT, e, no mérito, pela aprovação do PL nº 5.252/2021, e de PL nº 2.135/2021, apensado, e pela rejeição do PL nº 2.762/2021, apensado, do Substitutivo adotado pela CDEIMH, e das emendas nº 1/2021 CFT, com subemenda.

ORIENTAÇÃO PFA
MONITORAR[..]

10:00 **CCJC - Comissão de Justiça, Constituição e Cidadania**

Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 01	Discussão e votação de proposições legislativas. Proposições em pauta	Convocada

Ordem: **2**

CD-PLP-3/2021 - (PRIORIDADE)
Autor(a): Jorge Goetten (REPUBLICANOS/SC)
Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei nº 12.582, de 18 de janeiro de 2012, a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e dá outras providências. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e revoga o "REPLATF TRABALHISTA".
Despacho: CFT -> CDEEP -> CTBAS -> CFT -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Augusto Coutinho (REPUBLIC-PE), pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO PFA
PREPONDERÂNCIA DO RELATOR[]
MELHORAR
DELIBERAÇÃO
Ordem: **3**

CD-PLP-126/19 - (PRIORIDADE)
Autor(a): Luiz Carlos Hauly (PODE/PR)
Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para dispor sobre a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, incluindo regime especial ou simplificado no caso dos impostos previstos nos arts. 155, II, e 156-A, dos contribuintes sujeitos previstos no art. 146, III, "d", e no art. 149-A, todos da Constituição Federal, e dá outras providências. Altera o art. 146 da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 111, de 28 de dezembro de 2021 que altera o Sistema Tributário Nacional.
Despacho: CDEEP -> CTBAS -> CFT -> PLEN
Atual Relator(a): Jorge Goetten (REPUBLICANOS/SC)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Jorge Goetten (REPUBLIC-SC), pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO PFA
MELHORAR
Ordem: **5**

CD-PL-3936/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Flávia Morais (PDT/GO)
Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.262, de 5 de dezembro de 2007, a criação de dispositivo relativamente para fomar, e altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 7 de dezembro de 1943, para tipificar como crime contra a saúde pública a fabricação, importação, comercialização, distribuição, fornecimento e ofertas de produtos e de serviços alcoólicos e/ou de substâncias psicotrópicas.
Despacho: CCJC -> CDEEP -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Jeronimo (PDT/AP)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Jeronimo (PDT-AP), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO PFA
ARQUIVAMENTO

10:30 **CVT - Comissão de Viação e Transportes**

Reunião do Conselho/Comissão de Deliberação

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 13	Prioridades do Ministério dos Transportes para o ano de 2018. Convidados: - Senhor PLANO, Ministro dos Transportes.	**Cancelada**

10:30 **CCTI - Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação**

Audiência Pública

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 13	O desenvolvimento da indústria do hidrogênio no Brasil, nos termos do art. 24, XI, RICD, a pedido do Deputado Federal (PTB/SP) Deputado Rui Falcão (PT/SP). PALETRANTES: CELSO PIESNIEK - Diretor-Presidente da Associação Brasileira do Hidrogênio (ABH2) e ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (Participação virtual confirmada) - ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA LOPES - assessor, atualmente lotado na Presidência da República, e ex-chefe do Secretaria de Assuntos Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Presença condicionada).	Convocada

10:30 **CVT - Comissão de Viação e Transportes**

Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 11	Discussão e votação de proposições legislativas. Proposições em pauta	Convocada

Ordem: **6**

CD-RIC-6/2019-CVT - (INTERNO)
Autor(a): Rogério Rosso (PSD/DF)
Requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater a distribuição dos recursos de compensações hiroverdinas proporcionais à sua malha.

ORIENTAÇÃO PFA
PREPONDERÂNCIA[]
Ordem: **11**

CD-PL-3996/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Hugo Leal (PSD/RJ)
Dispõe sobre o transporte de cargas ou produtos perigosos ao meio ambiente nas hoverrmas fluviais e lacustres, e dá outras providências.
Despacho: CVT -> CTB -> CCJC
Atual Relator(a): Hugo Leal (PSD/RJ)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Hugo Leal (PSD-RJ), pela rejeição deste, e do PL 5092/2013, apensado.

ORIENTAÇÃO PFA
PREPONDERÂNCIA DO RELATOR[]
ARGUMENTAÇÃO
Os projetos em exame e a necessidade de rápidas atualizações, a regulamentação do transporte de cargas perigosas deve ser detalhada em normas infralegais, como (i) Issue 4.0377 e a Issue 19 do projeto requisar autorizações ministeriais para o transporte fluvial de produtos perigosos, isso cria obstáculos administrativos e burocráticos que podem ser evitados e alternativas permanecem ainda mais onerosas, ineficientes e lentas do processo. O projeto não cura, seja diretrizes administrativas desnecessárias e aprimorá prudentemente negra.
Ordem: **20**

CD-PL-1410/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Felipe Saliba (PSD/MG)
Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Dispõe sobre procedimentos que abreviam postos de gasto e decisões adequadas aos cumprimentos.
Despacho: CVT -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Dr Tercio (PL/SC)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Dr Tercio (PL-SC), pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO PFA
PREPONDERÂNCIA DO RELATOR[]
ARGUMENTAÇÃO
Os cumulacentes, cuingeiro inerente a economia brasileira, frequentemente ficam sem acesso adequado a recursos e financiamento. Isso pode levar a uma série de problemas, incluindo dificuldades em manter seus negócios abertos no longo das sobreiros, melhoramdo as condições de trabalho dos motoristas e promovendo a modernização das rodovias do país. O presente ato tem o propósito de valorizar os cumulacentes, permitindo estabelecimentos que abrevgam condições dinas para seu descanso e lazer.

14:00 **CPASF - Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família**

Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 07	Discussão e votação de proposições legislativas. Proposições em pauta	**CANCELADA**

Ordem: **0**

CD-PL-4/2021 - (ORDINÁRIA)
Autor(a): Deputado Gilberto Lopes (UNIÃO/PR)
Revoga o Estatuto do Idoso, a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e dá outras providências.
Despacho: CPASF -> CSAIN -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Francisco Rogro (REPUBLICANOS/RR)

Parecer
Parecer do Relatorio, Dep. Francisco Rogro (REPUBLIC-RR), pela aprovação do PL 1793/2021, do PL 7915/2021, do PL 9140/2021, do PL 4240/2021, e do PL 1992/2021, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO PFA
MONITORAR[..]

14:00 **SUBLETIE - Subcomissão Permanente destinada a acompanhar, avaliar e propor medidas sobre a produção de leite no mercado nacional**

Audiência Pública

Local	Objetivo	Status
A Definir	Mudanças na Embrapa que afetam negativamente a cadeia produtiva leiteira nacional. Convidados: 1) SILVIA MASSRUHÁ, – Presidente da Embrapa. 2) MARCIO CAPADE, do Deputado Rafael Simões (UNIÃO/MG).	Convocada